

ETAPA 4

TERRITÓRIO EDUCATIVO PARA GESTORES EDUCACIONAIS E ESCOLARES

Documento Conceitual: Como Relacionar
Território e Currículo?

Orientações > Módulo > **Documento
Conceitual**

Um território – agentes, espaços, dinâmicas e saberes de um lugar – torna-se educativo quando seus *potenciais educativos* são identificados e passam a ser acionados por *intencionalidades pedagógicas*. O território insere questões e as sustenta, adquirindo dimensão no currículo da escola e, pelo próprio processo de aprendizagem, recebe de novo as questões reinventadas.

Um currículo, na perspectiva da Educação Integral, deve *integrar* os potenciais educativos, pois isso amplia as ferramentas de contextualização no processo de produção do conhecimento – aumentando a pertinência, a inclusão e os vínculos estabelecidos entre estudantes uns com os outros e com o conhecimento – e diversifica as ofertas educativas e os espaços de aprendizagem dos estudantes – potencializando, entre outras coisas, a tão desejada articulação entre escola e famílias, escola e comunidade.

Pode-se afirmar, igualmente, que é assim que o *currículo integrador* também apoia o desenvolvimento das competências gerais da BNCC, na medida em que oferece um campo concreto de experiências no qual os estudantes podem consolidar habilidades e refletir sobre o conhecimento construído e as atitudes relacionadas a ele.

O currículo integrador é composto por práticas pedagógicas que articulam saberes locais e potenciais educativos em prol da **aprendizagem** dos educandos e da transformação do **território**.

Esse processo confere à escola um papel fundamental na promoção do território como educativo. Mobilizados por intencionalidades pedagógicas, os educadores têm a oportunidade de constituir práticas pedagógicas baseadas no vínculo, na pertinência e em múltiplas linguagens e interações.

Dica: Conheça a proposta de Currículo da Cidade Educadora da Associação Cidade Escola Aprendiz [aqui](#).

Elementos para articular currículo e território

Reconhecer saberes locais

Os **SABERES** são os modos de ser e fazer de cada território, e refletem a cultura de um local e o contexto no qual uma comunidade está inserida. São conhecimentos socialmente construídos e estão presentes em todos os territórios ainda que não sejam percebidos ou concebidos como tal. Os saberes locais correspondem, portanto, a um reconhecimento: perceber e conceber práticas da vida cotidiana, como hábitos, valores, memórias e histórias dos que residem no território.

Sob a perspectiva da Educação Integral, esses saberes operam como insumo, vivência e contextualização do processo educativo empreendido por escolas, organizações sociais do território, como museus, entre outros equipamentos. Os saberes locais são fundamentais para a construção de aprendizagens significativas e relevantes para crianças e jovens, pois constituem suas vivências, percepções e concepções “espontâneas”, ou seja, práticas e conhecimentos prévios com as quais chegam à escola.

Quais saberes?

A plataforma Currículo da Cidade Educadora da Associação Cidade Escola Aprendiz mapeou 18 saberes já observados nos territórios: Alimentação, Brincar, Calendário Local, Cultura de Paz, Cultura Popular, Curas e Rezas, Economia Local, Étnico-Racial, Expressões Artísticas, Gênero, Habitação, Língua Falada, Meio Ambiente, Mobilidade Urbana, Narrativas Locais, Organização Política, Patrimônio e Tecnologia. Conheça esses saberes clicando [aqui](#)

Nesse sentido, os saberes locais podem ser tema ou ponto de partida para a reflexão intencional das áreas do conhecimento escolar, ou seja, saberes a partir dos quais se criam temas geradores e contexto para a reflexão sobre as linguagens, a matemática, as ciências humanas e as ciências da natureza.

A identificação desses potenciais, apesar de fundamental, não representa por si só a incorporação dos potenciais educativos do território ao currículo escolar. Para isso, é indispensável que haja intencionalidade pedagógica na transformação desses potenciais em contextos para aprendizagem e construção do conhecimento.

Mapear potenciais educativos

Os potenciais educativos são agentes, espaços ou dinâmicas de cada território reconhecidos como capazes de gerar aprendizagem. Quando identificados ou mapeados com intencionalidade pedagógica, esses potenciais educativos revelam também formas de materialização dos saberes locais e objetos de reflexão das áreas do conhecimento naquele território.

Os **agentes** são pessoas, coletivos ou instituições (públicas ou privadas) que atuam direta ou indiretamente naquele local, modificando suas dinâmicas, gerando demandas ou realizando intervenções. Os agentes, se articulados, têm poder de transformar um território.

Os **espaços** são os ambientes (de fora e de dentro das edificações, das escolas, dos museus, entre outros) e os lugares (espaço físico dotado de significado, de identidade que atribui sentido e valor afetivo e social).

As **dinâmicas** são os processos naturais e sociais que ocorrem no território: eventos climáticos, festas, rituais, deslocamentos, enfim, processos que caracterizam formas de uso do território.

Definir a intencionalidade pedagógica

Intencionalidade pedagógica é o objetivo de ensino e aprendizagem que o educador quer mobilizar nos estudantes por meio da sua prática. É a partir da intencionalidade pedagógica que o educador articula o reconhecimento dos saberes locais, dos potenciais do território e os objetivos pedagógicos do currículo (competências gerais, conhecimentos e habilidades interdisciplinares ou propostos pelas áreas do conhecimento).

Alguns verbos auxiliam os educadores na tarefa de definir e especificar seus objetivos curriculares por meio da investigação do território. São eles:

- identificar, observar;
- mapear, registrar;
- experimentar, praticar;
- participar, fruir;
- ilustrar, exemplificar;
- explicar, argumentar;
- investigar, pesquisar;
- descrever, narrar;
- avaliar, comparar;
- ocupar, intervir;
- transformar, ativar.

Por exemplo, a escola pode mobilizar esses objetivos de ensino e aprendizagem na investigação do território para:

- Identificar ou observar fenômenos *in loco*, de modo a ilustrar conceitos e desenvolver explicações.
- Desenvolver estratégias de coleta de dados (medições diretas, entrevistas), registro ou mapeamento.

- Avaliar condições comparando pontos positivos e negativos.
- Ocupar ou usar determinados espaços como ambientes de aprendizagem e interação
- Transformar ou recriar certos ambientes recuperando espaços antes degradados ou renovando seus usos.

A importância do território para a elaboração curricular

O “como” ensinar e avaliar implica o diagnóstico ou a escuta de “quem” está envolvido na prática curricular: crianças e adolescentes, sujeitos principais para quem se dirige o processo de aprendizagem e desenvolvimento, bem como a escuta dos professores e demais educadores, *sujeitos por quem* recai a responsabilidade institucional pública da garantia dos processos de ensino e avaliação. Dessa escuta podem emergir práticas inovadoras, por exemplo, de corresponsabilização e estímulo à autonomia das crianças e jovens pelo monitoramento e avaliação de sua própria aprendizagem e desenvolvimento.



Fig.1 Proposta de triangulação entre as competências gerais da BNCC, a investigação do território (potenciais educativos e temas geradores) e os objetivos formativos de cada área do conhecimento como estratégia integrada e integradora para a elaboração de currículos alinhados à Educação Integral.

Desse diagnóstico e escuta, com frequência emergem eixos temáticos (como afirma as DCN), temas geradores ou temas estruturantes (como afirma a BNCC) cuja abordagem nas práticas de ensino e aprendizagem conferem pertinência e relevância para contextualizar os conteúdos curriculares (unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades) no território – mediante temas, questões, saberes e práticas relevantes para os estudantes e para a comunidade escolar.

A atenção aos estudantes contribui, muito frequentemente, para tornar visíveis aspectos do território que podem ser objetos da construção do conhecimento.

O território pode emergir como conteúdo e contexto para integrar competências gerais e as áreas do conhecimento no currículo, envolvendo temas, saberes e práticas situados no ambiente local, como conectados com territórios mais amplos, regionais, nacionais, globais e mesmo virtuais.

É, portanto, esse território em suas diversas dimensões e escalas, que precisa ser conhecido, reconhecido e incorporado pela escola nas diversas práticas pedagógicas como estratégia de contextualização e criação de vínculo, pertinência e relevância do estudo para os estudantes.

Nesse sentido, a contextualização no território ou a materialização da “escola-território” no currículo (o “como, quando, onde e a quem” ensinar) permite situar e especificar os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (o “por que” e o “o que” ensinar definidos pela BNCC) de todas as áreas do conhecimento para os sujeitos da educação (em quem se materializam os direitos de aprendizagem e desenvolvimento).

[Proposta de escuta sobre as experiências de estudantes, professores e funcionários no território e a organização do currículo.](#)

Dicas:

1. Reflita sobre perguntas-chave para organizar a investigação pedagógica do território. [Clique aqui!](#)
 2. Reflita sobre as contribuições formativas das áreas do conhecimento para o desenvolvimento integral. [Clique aqui!](#)
-